



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

TERMO DE OCORRÊNCIA

PROCESSO TCM Nº 50.251/12 (anexos os de nºs 17.100/12 e 17.897/12)

ORIGEM: 7ª Inspeção Regional de Controle Externo deste Tribunal

ASSUNTO: Irregularidades concernentes a compra de fogos de artifício

DENUNCIADO: Sr. José Barreira de Alencar Filho, Prefeito Municipal de **CAETITÉ**

EXERCÍCIO: 2011/2012

RELATOR: Conselheiro José Alfredo Rocha Dias

RELATÓRIO / VOTO

Aos 16 dias do mês de outubro de 2012 foi autuado o Termo de Ocorrência que se constitui em peça vestibular deste processo, acusando o **Prefeito Municipal de Caetité, Sr. José Barreira de Alencar Filho**, da prática das seguintes irregularidades:

1 – Gastos acentuados, ainda que de forma parcelada, na aquisição de fogos de artifício para comemorações cívicas e culturais no município, considerado o contido na Ordem de Serviço nº 014, de 26/4/2012 e o Estado de Calamidade objeto dos Decretos Municipais nºs 05, de 31/11/2012, 020, de 26/04/12 e 043, de 28/9/12, homologados pelos Decretos Estaduais nºs 13.798, de 22/3/2012 e 14.035, de 18/7/12;

2 – Divergência entre valores atinentes a empenhos, contidos em processos administrativos do município, e valores informados através do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, desta Corte de Contas;

3 – Agressão aos princípios constitucionais da razoabilidade, moralidade e economicidade.

Ao Termo inicial foram anexados os documentos de fls. 04 a 112 – Ordem de Serviço nº 014/12, Pregão Presencial nº 025/2012, processos de pagamento nºs 3049, 4521, 4520 e 4666, Relação de empenhos pagos gerada pelo SIGA, Decretos municipais e estaduais citados.

Efetivado sorteio de Relator em 06/11/2012, de imediato determinou-se, em respeito aos direitos consagrados no inciso LV do art. 5 da CF a notificação do Denunciado, o Prefeito Municipal de Caetité, Sr. José Barreira de Alencar Filho, o que veio a se concretizar mediante a publicação do Edital nº 200/2012 na edição do Diário Oficial do Estado do dia 11/11/2012 e expedição do ofício 1796/12, da digna Presidência deste Tribunal – fls. 116 e 116.

O Denunciado, através de procurador formalmente constituído tomou ciência do conteúdo processual no dia 13 do mesmo mês e ano da publicação citada – fls. 120/122. Através do processo TCM nº 17.100/12 solicitou e obteve dilação do prazo para apresentação de contestação – fls. 123.

Considerado o contido no parágrafo antecedente, apresentou tempestiva defesa através do processo TCM nº 17.897/12, fls. 127 a 135, **desacompanhada de qualquer comprovação** mas, tão somente, de procuração. Em resumo, argui:

- A Ordem de Serviço nº 14, editada pelo TCM em 26/4/2012, não proibira a realização de festejos nos municípios, mas, sim, buscava coibir os gastos públicos irrazoveis, nos municípios sob decreto de Estado de Emergência, de sorte a que as Comunas observassem “...a prudência nos gastos envolvendo as festividades tradicionais, evitando questionamentos relacionados à inobservância a princípios constitucionais, a exemplo de economicidade e razoabilidade.”;
- Dita Ordem de Serviço foi comunicada após a Comuna haver realizado licitação para a aquisição parcelada de fogos de artifício, finalizada em 05/4/2012, adjudicado os serviços e celebrado o contrato, datados, ambos, de 05/4/12;
- A orientação do TCM teria sido acatada, reduzindo-se de forma significativa a utilização de tais materiais nos festejos de Caetitê;
- A despesa efetivada no valor de R\$62.091,30 (sessenta e dois mil e noventa e um reais e trinta centavos) corresponderia a contratos oriundos de licitações de 2011 e 2012, posto que em maio de 2011 teria sido realizado o **Pregão Presencial nº 025/11**, para aquisição do referido material para o exercício de 2011, vencido pela empresa Alex Prates Amorim, no montante de R\$83.015,00 (oitenta e três mil e quinze reais), com adjudicação e contrato datados de 20/6/11. Destarte, o valor de R\$36.312,00 (trinta e seis mil trezentos e doze reais), pago através dos processos 1177 e 3049 nos meses de fevereiro e maio de 2012, seria, na verdade, correspondente a despesas decorrentes do Pregão Presencial realizado em 2011 e a “... fogos de artifício para os festejos de 2011. Dito valor, assim, no seu entendimento, deveria ser abatido do montante apontado na vestibular, de R\$62.091,30 (sessenta e dois mil e noventa e um reais e trinta centavos);
- O **Pregão Presencial nº 025/12**, que, como dito, teria sido finalizado e gerado contrato diverso, antes da emissão da Ordem de Serviço do TCM, objetivaria o “...fornecimento de fogos de artifício para as comemorações de Caetitê em 2012 no valor de R\$157.340,00 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e quarenta reais), havendo sido despendida apenas a quantia de R\$25.779,30 (vinte e cinco mil setecentos e setenta e nove reais e trinta centavos), no referido exercício de 2012, correspondente a “**pouco mais de 16% do valor previsto no processo licitatório**”;
- Confessa a divergência de valores entre o lançado no SIGA, referente ao contrato 260/12 – R\$131.220,65 (cento e trinta e um mil duzentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos) – e o correto, que seria de R\$157.340,00 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e quarenta reais), cuja correção teria sido determinada;
- Teria o Gestor consciência da gravidade da situação decorrente do Estado de Emergência, atuando no sentido de obter ajuda dos Governos Estadual e Federal, “diuturnamente”.

Ao final, pugna pela improcedência e arquivamento do processo.

Atendendo a despacho da Relatoria, a douta Assessoria Jurídica da Corte colacionou aos autos o parecer nº 01838/13, que conclui pela procedência do Termo de Ocorrência e sugere formulação de representação ao douto Ministério Público. É dito parecer acolhido parcialmente, na medida em que o Relator não identifica nos autos os elementos necessários à efetivação da referida representação, bem assim em face do conteúdo da defesa.

Ao cabo de cuidadosa análise de todos os elementos procesuais e considerando:

- a) que o Termo exordial foi lavrado indicando a realização de gastos exacerbados pela Comuna de Caetité, no exercício financeiro de 2012, na aquisição de fogos de artifício;
- b) que houve absoluto respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, inclusive com a concessão de dilação prazal para a manifestação do Denunciado;
- c) que a peça vestibular deixou de fornecer elementos nos quais se baseou para considerar agredidos os princípios constitucionais que menciona, ainda que o município estivesse em decretado Estado de Emergência, imputando como atingida a orientação contida em Ordem de Serviço expedida pelo TCM;
- d) que, todavia, a defesa deixou de apresentar, como deveria, comprovações do quanto nela alegado, fazendo-se acompanhar, tão somente, de procuração;
- e) que os gastos efetivados, à luz da documentação colacionada pela Regional, revelam-se menores que os adjudicados nos Pregões, coincidentemente de mesmo número, porém realizados nos exercícios financeiros de 2011 e 2012, a revelar algum cuidado quanto à realização de despesas que tais, ainda que, face a situação de dificuldades confessada pelo Denunciado, pudessem ser mais reduzidos;
- e) que o pagamento de despesas do exercício financeiro de 2011, quando efetivado em exercício posterior, deveria tê-lo sido na modalidade de “restos a pagar”, na forma preconizada na Lei Federal nº 4.320/64, e não como ocorrido, como se despesas normais do exercício de 2012 fossem, irregularidade da qual resultou a consideração, pela Regional da Corte, acertadamente, da soma dos gastos respectivos;
- f) que restou confessado o cometimento de divergência entre os valores informados pela Comuna através do SIGA e o efetivamente contido em processo administrativo, sem comprovação de que foi efetivada a correção informada na defesa;
- g) que esta Relatoria não identificou nos autos elementos ou indícios necessários e suficientes à caracterização da prática de ilícitos que pudessem caracterizar a prática de ato de improbidade administrativa, justificador da formulação de representação ao douto Ministério Público Estadual;
- g) o constante do parecer emitido pela douda Assessoria e tudo o mais que dos autos consta.

Votamos, com lastro no inciso XX do artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 006/91, combinado com as disposições da Resolução pertinente, pelo **conhecimento e parcial procedência** do constante do Termo de Ocorrência autuado sob TCM nº 50.231/12 para, em decorrência, aplicar ao Denunciado, Sr. Sr. José Barreira de Alencar Filho, Prefeito Municipal de Caetité, com fundamento no inciso III do artigo 71 da aludida Complementar, **multa no valor de R\$1.000,00** (mil reais), a ser recolhida ao erário municipal com recursos pessoais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado deste decisório, advertindo-o para a necessidade de maior controle de gastos com festividades, bem assim que o não recolhimento da cominação imposta, no prazo fixado, pode comprometer o mérito de suas contas anuais e ensejar a formulação de representação ao douto Ministério Público Estadual.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Cópia às contas da Prefeitura Municipal de Caetit , do exercício financeiro de 2012, para a repercussão que entenda cabível o respectivo Conselheiro Relator, e   de 2013, para verifica o acerca da efetiva o do recolhimento da comina o imposta.

Ciência aos interessados e   Unidade Técnica deste Tribunal, esta para acompanhamento do aqui decidido.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, em 27 de agosto de 2013.

Cons. José Alfredo Rocha Dias - Relator

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolu o TCM n 01300-11. Para verificar a autenticidade deste, v  na página do TCM em www.tcm.ba.gov.br e acesse o formato digital assinado eletronicamente.